



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO ANUAL DO PODER JUDICIÁRIO 2018

FEVEREIRO DE 2019

Apresentação	3
Composição	4
Produtividade no primeiro grau	13
Produtividade no segundo grau	20
Contas públicas.....	29
Gestão de pessoas	31
Modernização	35
Ações sociais na área-fim	40
Ações de cidadania	42

Apresentação

O presente relatório, por sua previsão legal, tem por objetivo dar ciência aos integrantes do Tribunal de Justiça, ao Governador do Estado e aos membros da Assembleia Legislativa sobre os trabalhos desenvolvidos e o "estado da administração da Justiça, acompanhado de mapas de estatística judiciária do Estado" (art. 90, XXIII, do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado¹).

Considera-se que o conteúdo reunido, de toda forma, serve a um alcance muito maior, já que sua oportuna divulgação, como legítima ferramenta de transparência do órgão público, proporciona expor tanto a autoridades quanto a todos os cidadãos os atuais meandros da estrutura judiciária, aí englobadas a fixação e a execução de diretrizes, a gestão e a destinação dos recursos e, sobretudo, as providências em prol da eficiência da atividade-fim do Poder Judiciário de Santa Catarina, além de seus resultados no período.

Seja para qual propósito for, nesta edição afeta a 2018 procurou-se retratar o órgão de modo simplificado e aglutinado, afastando-se da ideia de reunir e expor contagens individuadas das atividades específicas de cada setor interno.² Buscou-se focar nos resultados institucionais como único organismo, em especial no intuito de facilitar a exibição de dados da atividade-fim para torná-los menos densos aos consulentes. Optou-se por uma roupagem mais assertiva e enxuta, iniciada pelo aproveitamento de compilações realizadas por ocasião de recente prestação de contas aos jurisdicionados — exibida em 6 de dezembro de 2018 entre os meios de comunicação —, mas com incremento e atualização de informações.

Rodrigo Collaço

¹ Lei 5.624, de 9 de setembro de 1979: "Art. 90. Compete ao Presidente do Tribunal de Justiça: [...] XXIII – instalar, com solenidade, no primeiro dia útil de fevereiro de cada ano, a sessão inaugural dos trabalhos do Tribunal, apresentando relatório circunstanciado dos seus trabalhos e do estado da administração da Justiça, acompanhado de mapas de estatística judiciária do Estado, enviando desse relatório cópias ao Governador e ao Presidente da Assembleia Legislativa".

² Até porque a partir de 2019 esses detalhamentos haverão de ser paulatinamente disponibilizados ao público pela página institucional como resultado do projeto de *Business Intelligence*.

Composição

Desembargadores

Pedro Manoel Abreu
Cláudio Barreto Dutra
Newton Trisotto
Luiz César Medeiros
Sérgio Roberto Baasch Luz
Antonio do Rêgo Monteiro Rocha
Fernando Carioni
José Antônio Torres Marques
Marcus Tulio Sartorato
Salette Silva Sommariva
Ricardo Orofino da Luz Fontes
Salim Schead dos Santos
Maria do Rocio Luz Santa Ritta
Cid José Goulart Júnior
Jaime Ramos
Alexandre d'Ivanenko
Moacyr de Moraes Lima Filho, *1º Vice-Presidente*
Sérgio Izidoro Heil
José Carlos Carstens Köhler
João Henrique Blasi
Jorge Luiz de Borba
Rejane Andersen
Joel Dias Figueira Júnior
Jânio de Souza Machado
Soraya Nunes Lins
Sônia Maria Schmitz
Henry Goy Petry Junior, *Corregedor-Geral da Justiça*
Raulino Jacó Brüning
Roberto Lucas Pacheco, *Corregedor-Geral do Foro*
Extrajudicial
Jairo Fernandes Gonçalves
João Batista Góes Ulysséa
Ronei Danielli
Luiz Fernando Boller
Paulo Roberto Sartorato
Tulio José Moura Pinheiro
Carlos Alberto Civinski
Ronaldo Moritz Martins da Silva
Ricardo José Roesler
Robson Luz Varella
Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço, *Presidente*
Sérgio Antônio Rizelo
Denise Volpato
Getúlio Corrêa
Sebastião César Evangelista
Ernani Guetten de Almeida
Carlos Adilson Silva, *2º Vice-Presidente*

Rogério Mariano do Nascimento
Stanley da Silva Braga
Altamiro de Oliveira, *3º Vice-Presidente*
Saul Steil
Newton Varella Júnior
Rodolfo Cezar Ribeiro da Silva Tridapalli
Odson Cardoso Filho
Gilberto Gomes de Oliveira
José Everaldo Silva
Volnei Celso Tomazini
Paulo Henrique Moritz M. da Silva
Leopoldo Augusto Bruggemann
Júlio César Knoll
Vera Lúcia Ferreira Copetti
Janice Goulart Garcia Ubialli
Cláudia Lambert de Faria
Rubens Schulz
Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto
André Carvalho
Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer
Jorge Luis Costa Beber
Guilherme Nunes Born
Luiz Zanelato
André Luiz Dacol
Jaime Machado Júnior
Hélio do Valle Pereira
Gerson Cherem II
Dinart Francisco Machado
Rosane Portella Wolff
Denise de Souza Luiz Francoski
Artur Jenichen Filho
Wilson Fontana
Luiz Cesar Schweitzer
Luiz Neri Oliveira de Souza
Norival Acácio Engel
Paulo Ricardo Bruschi
Helio David Vieira Figueira dos Santos
Júlio César Machado Ferreira de Melo
José Agenor de Aragão
Sidney Eloy Dalabrida
Ariovaldo Rogério Ribeiro da Silva
Hildemar Meneguzzi de Carvalho
Álvaro Luiz Pereira de Andrade
Luiz Antônio Zanini Fornerolli
Haidée Denise Grin
Selso de Oliveira
Antônio Zoldan da Veiga

Juízes de Direito de Segundo Grau

Luiz Felipe Siegert Schuch

José Maurício Lisboa

Carlos Roberto da Silva

Bettina Maria Maresch de Moura

DIRIGENTES

Presidência

Desembargador Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço

Primeira Vice-Presidência

Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho

Corregedoria-Geral da Justiça

Desembargador Henry Petry Junior

Segunda Vice-Presidência

Desembargador Carlos Adilson Silva

Terceira Vice-Presidência

Desembargador Altamiro de Oliveira

Corregedoria-Geral do Foro Extrajudicial

Desembargador Roberto Lucas Pacheco

Coordenadoria de Magistrados

Juiz Rafael Germer Condé

Juízes Auxiliares

Juíza Carolina Ranzolin Nerbass, *Presidência – Núcleo Administrativo*

Juiz Cláudio Barbosa Fontes Filho, *Presidência – Núcleo Jurídico*

Juiz Laudenir Fernando Petroncini, *Presidência – Núcleo Financeiro*

Juiz Renato Guilherme Gomes Cunha, *1ª Vice-Presidência*

Juízes Corregedores

Juiz Ricardo Rafael dos Santos, *Núcleo I*

Juiz Orlando Luiz Zanon Junior, *Núcleo II*

Juíza Sônia Eunice Odwazny, *Núcleo III*

Juiz Marco Augusto Ghisi Machado, *Núcleo IV*

Juiz Rodrigo Tavares Martins, *Núcleo V*

Gabinete da Presidência

Carlos André Carlini, *Chefe de Gabinete*

Fernanda do Nascimento Müller De Villamartin, *Atividades Específicas*

Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça

Cícero Diogo Meneguzzi Metz

Casa Militar

Tenente-Coronel Emerson Fernandes, *Chefe*

Major Cristiano Medeiros, *Subchefe*

Diretoria-Geral Administrativa

Rodrigo Granzotto Peron

Diretoria-Geral Judiciária

Maurício Walendowsky Spricigo

Diretoria de Cadastro e Distribuição Processual

Tatiana Costa Cassio

Diretoria de Cumprimento Processual Remoto do Primeiro Grau

Lucas Rodolfo Mazzali

Diretoria de Documentação e Informações

Ricardo Albino França

Diretoria de Engenharia e Arquitetura

Everton William Tischer

Diretoria de Gestão de Pessoas

Raphael Jaques de Souza

Diretoria de Infraestrutura

Fernanda de Jesus

Diretoria de Material e Patrimônio

Graziela Cristina Zanon Meyer Juliani

Diretoria de Orçamento e Finanças

Eduardo Cardoso Silva

Diretoria de Recursos e Incidentes

Boris Leonel Kruger

Diretoria de Saúde

José Eduardo Cacesse Shiozawa

Diretoria de Tecnologia da Informação

Rafael Giorgio Ferri

Auditoria Interna

Cleverson Oliveira, *Coordenador*

COLEGIADOS DE GESTÃO

CONSELHO DE POLÍTICAS JURISDICIONAIS E ADMINISTRATIVAS

M e m b r o s

Desembargador Rodrigo Collaço, *Presidente*
Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, *1º Vice-Presidente*
Desembargador Henry Petry Júnior, *Corregedor-Geral da Justiça*
Desembargador Luiz César Medeiros, *Diretor Executivo da Academia Judicial*
Desembargador Carlos Adilson Silva, *2º Vice-Presidente*
Desembargador Altamiro de Oliveira, *3º Vice-Presidente*
Desembargador Roberto Lucas Pacheco, *Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial*
Desembargador Luiz Fernando Boller, *integrante do Grupo de Câmaras de Direito Público*
Desembargadora Denise Volpato, *integrante do Grupo de Câmaras de Direito Civil*
Desembargador Mariano do Nascimento, *integrante do Grupo de Câmaras de Direito Comercial*
Desembargador Júlio César Machado Ferreira de Melo, *integrante da Seção Criminal*
Juíza Maria de Lourdes Simas Porto, *Presidente do Comitê Orçamentário, de Gestão de Pessoas e de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição*
Juíza Cândida Inês Zoellner Brugnoli
Juiz Juliano Serpa
Juiz João Carlos Franco
Juiz Luciano Fernandes da Silva

S e c r e t á r i o

Maurício Walendowsky Sprícigo, *Diretor-Geral Judiciário*

C h e f e d a S e c r e t a r i a

Karin Tatiana Gianello Schmitz Arêas

CONSELHO DA MAGISTRATURA

M e m b r o s

Desembargador Rodrigo Collaço, *Presidente*
Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, *1º Vice-Presidente*
Desembargador Henry Petry Júnior, *Corregedor-Geral da Justiça*
Desembargador Carlos Adilson Silva, *2º Vice-Presidente*
Desembargador Altamiro de Oliveira, *3º Vice-Presidente*
Desembargador Roberto Lucas Pacheco, *Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial*
Desembargador Luiz Zanelato
Desembargador Gerson Cherem II
Desembargadora Denise de Souza Luiz Francoski
Desembargador Artur Jenichen Filho
Desembargador Luiz Neri Oliveira de Souza
Desembargador Hélio David Vieira Figueira dos Santos

S e c r e t á r i o

Maurício Walendowsky Sprícigo, *Diretor-Geral Judiciário*

C h e f e d a S e c r e t a r i a

Karin Tatiana Gianello Schmitz Arêas

CONSELHO DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA (FRJ)

Desembargador Carlos Alberto Civinski, *Presidente*
Procurador de Justiça Cid Luiz Ribeiro Schmitz, *Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos*
Advogado Juliano Mandelli Moreira

SISTEMA DE DEPÓSITOS JUDICIAIS (SIDEJUD)

Desembargador Ernani Guetten de Almeida, *Presidente*
Desembargador Ronei Danielli
Rodrigo Granzotto Peron, *Diretor-Geral Administrativo*
Eduardo Cardoso Silva, *Diretor de Orçamento e Finanças*

CONSELHO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (CSI)

Desembargador Getúlio Corrêa, *Coordenador*
Desembargador Sidney Dalabrida, *Coordenador-Adjunto*
Juíza Carolina Ranzolin Nerbass Fretta, *Juíza Auxiliar da Presidência*
Juiz Marco Augusto Ghisi Machado, *Juiz-Corregedor*
Juiz Gustavo Emelau Marchiori
Mauro Cândido dos Santos Rodrigues, *Delegado da Polícia Civil*
Tenente-Coronel Emerson Fernandes, *Chefe da Casa Militar*
Juiz Murilo Leirião Consalter, *suplente*

COMISSÃO DO CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA

Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, *Presidente*
Desembargador André Luiz Dacol
Advogado Leonardo Reis de Oliveira
Desembargador Salim Schead dos Santos, *suplente*

COMISSÃO PERMANENTE DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIAS

Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, *Presidente*
Desembargador Saul Steil
Desembargador Newton Varella Júnior
Desembargadora Vera Lúcia Ferreira Copetti
Desembargadora Denise de Souza Luiz Francoski
Juiz Paulo Eduardo Huerdo Farah
Juíza Naiara Brancher, *suplente*

COMISSÃO PERMANENTE DE JURISPRUDÊNCIA

Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, *Presidente*
Desembargador Gerson Cherem II
Juiz Renato Guilherme Gomes Cunha

COMISSÃO PERMANENTE DE REGIMENTO INTERNO

Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, *Presidente*
Desembargador Ronei Danielli
Desembargador Paulo Henrique Moritz Martins da Silva
Desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto
Desembargador Jorge Luis Costa Beber

COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Roger Tang Vidal, *Presidente*
Debora Carolina Piazza
Guilherme e Silva Pamplona
Itacir Carlos Fabris
Kleber Steinbach
Luciana Rodrigues do Canto

**COMITÊ ORÇAMENTÁRIO, DE GESTÃO DE PESSOAS E DE ATENÇÃO
PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO**

M e m b r o s

Juíza Maria de Lourdes Simas Porto, *Presidente*
Juiz Marcelo Pons Meirelles
Juíza Fernanda Pereira Nunes
Juíza Anuska Felski da Silva
Juiz Vitoraldo Bridi
Raphael Jaques de Souza
Alessandro Schotten Becker
Alcides Alonso Leonel
Daniel Henrique Sprotte Lima
Helio Lentz Puerta Neto
Fábio Ramos Bittencourt

S u p l e n t e s

Juiz Rafael Araújo Rios Schmitt
Juiz Humberto Goulart da Silveira
Juiz Uziel Nunes de Oliveira
Juiz Érica Lourenço de Lima Ferreira
Juiz Rafael Maas dos Anjos
Déborah Moraes de Jesus
Marlo Lawin
Anderson Luz dos Santos
Sarajane Rodrigues Candeia
Daniele Búrigo Marques Heinzen
Jaime Gaio

COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Desembargador Rodrigo Collaço, *Coordenador*
Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, *1º Vice-Presidente*
Desembargador Henry Goy Petry Junior, *Corregedor-Geral da Justiça*
Juíza Carolina Ranzolin Nerbass Fretta
Juiz Laudenir Fernando Petroncini
Maurício Walendowsky Sprícigo, *Diretor-Geral Judiciário*
Rodrigo Granzotto Peron, *Diretor-Geral Administrativo*
Rafael Giorgio Ferri, *Diretor de Tecnologia da Informação*

COMITÊ GESTOR DOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS (CGDA)

Maurício Walendowsky Sprícigo, *Presidente*
Rodrigo Granzotto Peron, *Diretor-Geral Administrativo*
Ricardo Albino França, *Diretor de Documentação e Informações*
Rafael Giorgio Ferri, *Diretor de Tecnologia da Informação*
Marcos Rodolfo da Silva, *Chefe da Divisão de Arquivo*
Adelson André Brüggemann, *Chefe da Divisão de Documentação e Memória do Judiciário*

COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE (CEIJ)

Desembargadora Rosane Portella Wolff, *Coordenadora*
Juíza Carolina Ranzolin Nerbass Fretta, *Cooperadora Institucional*
Juiz Rodrigo Tavares Martins, *Cooperador Institucional*
Juiz Giancarlo Bremer Nones, *Cooperador Técnico*

Conselho Consultivo

Juíza Ana Cristina Borba Alves
Juiz André Milani
Juíza Brigitte Remor de Souza May
Juiz Cláudio Barbosa Fontes Filho
Juíza Cristina Paul Cunha Bogo
Juíza Daniela Fernandes Dias Morelli
Juíza Elaine Cristina de Souza Freitas
Juiz Evandro Volmar Rizzo
Juíza Fabrícia Alcantara Mondin
Juiz Fernando Machado Carboni
Juiz Giancarlo Bremer Nones
Juíza Joana Ribeiro
Juíza Karina Müller Queiroz de Souza
Juiz Luciano Fernandes da Silva
Juiz Márcio Rene Rocha
Juiz Marcos d'Ávila Scherer
Juíza Maria de Lourdes Simas Porto
Juiz Maycon Rangel Favareto
Juíza Miriam Regina Garcia Cavalcanti
Juíza Nayana Scherer
Juiz Raphael Mendes Barbosa
Juiz Ricardo Alexandre Fiuza
Juíza Sabrina Menegatti Pítsica
Juiz Samuel Andreis
Juíza Simone Faria Locks
Juíza Surami Juliana dos Santos Heerdt
Juiz Tanit Adrian Perozzo Daltoé

COORDENADORIA DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR (CEVID)

Desembargadora Salete Silva Sommariva, *Coordenadora*
Juíza Carolina Ranzolin Nerbass Fretta, *Cooperadora Institucional*
Juiz Rodrigo Tavares Martins, *Cooperador Institucional*
Juiz Rafael Germer Condé, *Coordenador de Magistrados*

COORDENADORIA DO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS E NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS (COJEPMEC)

Desembargadora Janice Goulart Garcia Ubialli, *Coordenadora*

GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL (GMF)

Desembargador Leopoldo Augusto Brüggemann, *Supervisor*
Juíza Carolina Ranzolin Nerbass Fretta, *Cooperadora Institucional*
Juiz Rodrigo Tavares Martins, *Cooperador Institucional*
Juiz Frederico Andrade Siegel, *Cooperador Técnico*

NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA INSTITUCIONAL (NIS)

Coordenador

Desembargador Sidney Eloy Dalabrida

Divisão de Inteligência

Delegado Mauro Cândido dos Santos Rodrigues

Divisão de Contraineligência

Tenente-Coronel Emerson Fernandes

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Desembargador Ronei Danielli, *Coordenador*

Ângelo Lima Medeiros, *Assessor de Imprensa*

Tathiana Nogueira Mendes Carlin, *Assessora de Cerimonial*

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES (NUGEP)

Comissão Gestora

Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho

Desembargador Carlos Adilson Silva

Desembargador Altamiro de Oliveira

Coordenadora

Samira Regina Malheiros

Produtividade no primeiro grau

Na justiça de primeira instância – composta por 384 varas em 111 comarcas distribuídas por todo o Estado – há expressivos **3,41 milhões de processos**, dos quais **2,62 milhões estão em trâmite** (não suspensos nem arquivados ou sobrestados).

De janeiro a dezembro os números demonstraram significativo aumento da produção dos magistrados em relação ao mesmo período de 2017, conquanto ainda aquém, na média, da entrada de novas demandas. Foram **juizados 810,9 mil processos** contra 718 mil no ano anterior. A produtividade dos juízes, assim, registrou **acréscimo de mais de 12%** – período em que, além disso, **1,04 milhão de causas foram arquivadas em definitivo**. Em todas as regiões do Estado houve **diminuição global nos acervos** de processos em trâmite (redução em 111.190 processos).

ANO	TOTAL DE PROCESSOS* INICIADOS			TOTAL DE PROCESSOS* ENCERRADOS			TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS			PROCESSOS* EM ANDAMENTO AO FIM DO ANO			MÉDIA DE JUÍZES EM ATIVIDADE AO FIM DO ANO		
	Execuções fiscais iniciadas	Iniciados (exceto exec. fiscais)		Execuções fiscais encerradas	Encerrados (exceto exec. fiscais)		Execuções fiscais julgadas	Julgados (exceto exec. fiscais)		Execuções fiscais em andamento	Em andamento (exceto exec. fiscais)		Média de processos julgados por juiz (sem executivos fiscais)	Média de processos julgados por juiz (total)	
2000	464.945	69.436	395.509	377.205	61.736	315.469	225.789	39.652	186.137	839.081	275.897	563.184	257	724	879
2001	542.599	116.352	426.247	393.699	64.082	329.617	233.686	28.198	205.488	987.981	328.167	659.814	249	825	938
2002	616.933	135.412	481.521	490.228	82.101	408.127	299.203	43.265	255.938	1.114.686	381.478	733.208	260	984	1.151
2003 **	667.280	142.118	525.162	372.990	10.576	362.414	330.009	43.313	286.696	1.408.976	513.020	895.956	279	1.028	1.183
2004	714.434	136.602	577.832	489.021	63.243	425.778	360.786	54.486	306.300	1.634.389	586.379	1.048.010	298	1.028	1.211
2005	704.333	101.933	602.400	616.176	73.485	542.691	414.856	68.076	346.780	1.722.546	614.827	1.107.719	321	1.080	1.292
2006 **	794.603	154.514	640.089	708.469	128.986	579.483	511.242	87.663	423.579	1.808.680	640.355	1.168.325	316	1.340	1.618
2007	891.623	137.153	754.470	833.772	138.500	695.272	529.360	92.297	437.063	1.866.531	639.008	1.227.523	327	1.337	1.619
2008	895.640	118.915	776.725	822.255	97.678	724.577	574.739	118.390	456.349	1.939.916	660.245	1.279.671	352	1.296	1.633
2009	866.152	109.555	756.597	774.026	75.450	698.576	556.998	107.197	449.801	2.032.042	694.350	1.337.692	352	1.278	1.582
2010	922.197	168.052	754.145	851.085	146.461	704.624	660.013	136.031	523.982	2.103.154	715.941	1.387.213	361	1.451	1.828
2011	921.528	147.302	774.226	843.562	119.994	723.568	634.011	106.965	527.046	2.181.120	743.249	1.437.871	362	1.456	1.751
2012	981.849	131.652	850.197	902.366	111.583	790.783	675.483	130.898	544.585	2.260.603	763.318	1.497.285	356	1.530	1.897
2013	1.028.879	123.684	905.195	807.221	141.605	665.616	706.748	107.763	598.985	2.482.261	745.397	1.736.864	379	1.580	1.865
2014	1.024.386	146.216	878.170	763.887	104.104	659.783	640.117	100.428	539.689	2.418.189	787.509	1.630.680	397	1.359	1.612
2015	892.118	122.540	769.578	750.314	80.073	670.241	748.714	87.527	661.187	2.766.857	831.041	1.935.816	404	1.637	1.853
2016	807.533	99.796	707.737	991.680	109.543	882.137	711.291	88.209	623.082	2.596.804	801.022	1.795.782	393	1.585	1.810
2017	859.211	118.546	740.665	987.881	106.524	881.357	721.675	84.497	637.178	2.737.459	838.114	1.899.345	396	1.609	1.822
2018	904.864	121.692	783.172	1.100.471	127.381	973.090	857.298	132.826	724.472	2.632.906	802.654	1.830.252	410	1.767	2.091

(*) Consideradas todas as classes processuais (de conhecimento, execuções de sentença, incidentes e as ações incidentais), exceto recursos.

(**) Nos anos de 2000 a 2005 foram ajustados os valores dos processos julgados, em virtude de não mais se considerar os arquivamentos administrativos.

(***) No ano de 2006 a Corregedoria passou a utilizar o SAJ/Estatística como ferramenta de trabalho, com metodologia ligeiramente diferenciada dos antigos "mapas estatísticos", o que causou variação na totalização dos dados.

NOVOS PROCESSOS NO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO

TOTAL DE ENTRADA NO ANO DE 2018 **952.007**

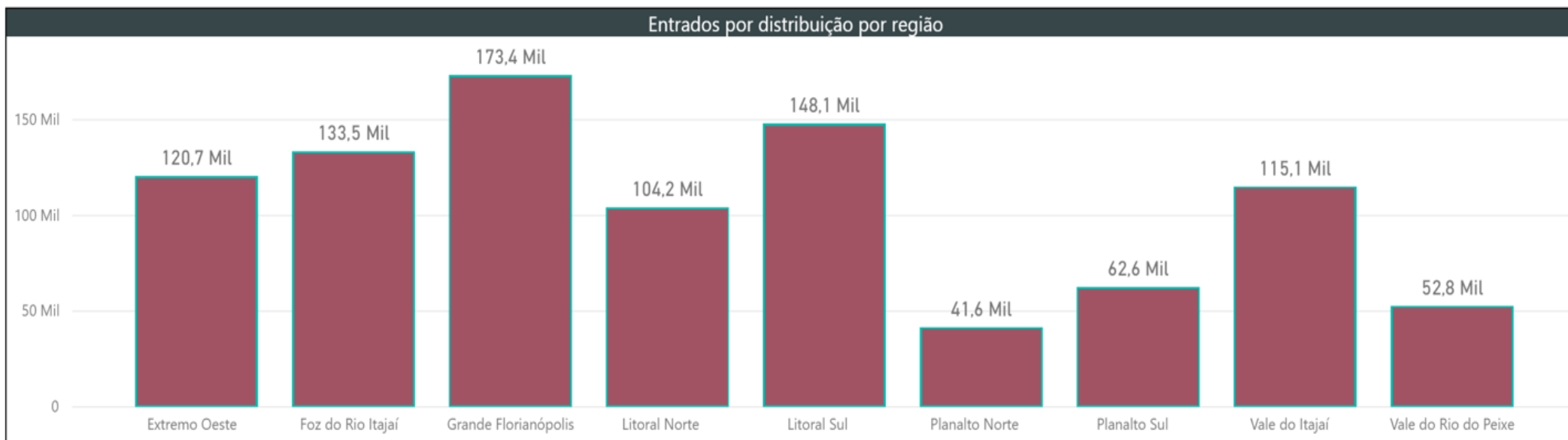
NÚMEROS MENSAIS DE ENTRADA POR ENTRÂNCIA

Entrados por distribuição por entrância												
	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
Especial	32625	34337	41328	42435	54973	39772	40996	43492	44787	54996	44390	5732
Inicial	20570	23691	27627	29183	28418	22645	22649	24298	19358	25313	21955	3019
Final	13018	18859	18420	24308	23910	16331	16002	18325	14761	20174	16968	2342
Total	66213	76887	87375	95926	107301	78748	79647	86115	78906	100483	83313	11093



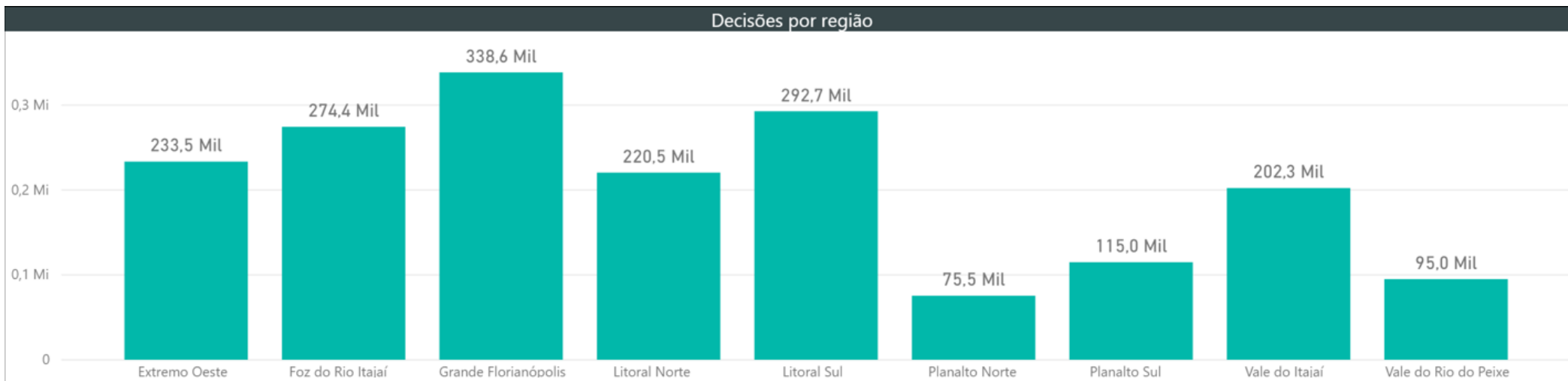
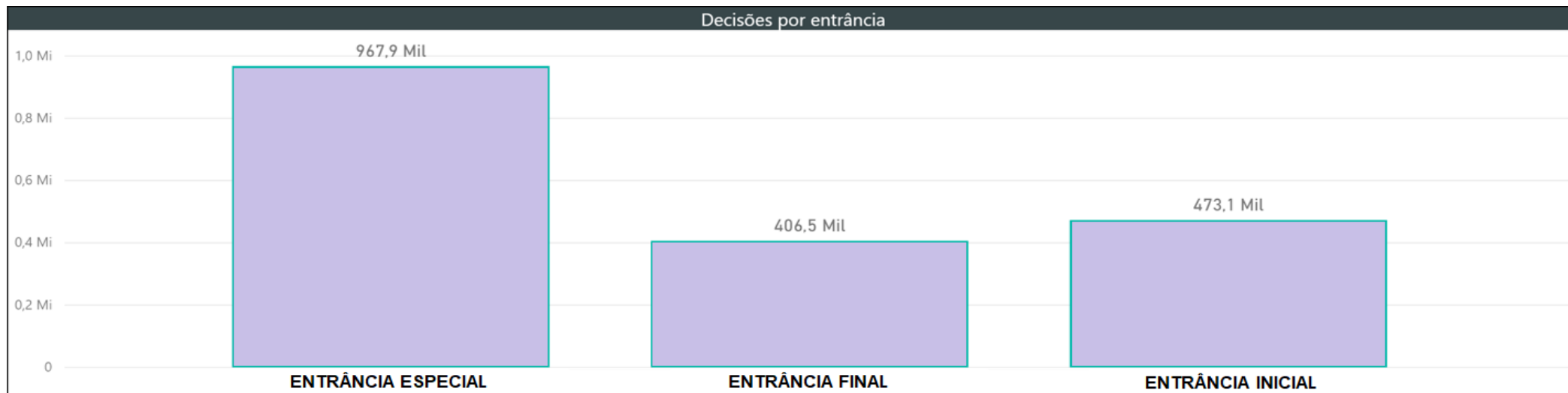
NÚMEROS MENSAIS DE ENTRADA POR REGIÃO DO ESTADO

Entrados por distribuição por região												
	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
Grande Florianópolis	8215	11145	12830	15877	17296	14399	15663	15422	21755	24768	14228	1809
Litoral Sul	9239	14796	16610	17428	17127	12406	11523	12551	10227	13420	11381	1425
Foz do Rio Itajaí	9195	11391	12185	16658	14043	10681	10823	11990	9862	13042	11963	1659
Extremo Oeste	8239	9672	11658	11401	15542	10471	10431	11458	8974	11269	10099	1441
Vale do Itajaí	8102	9173	11911	10629	12682	8979	9251	10783	8773	13733	9575	1486
Litoral Norte	7733	8185	8516	10139	11735	9035	9180	9888	7666	9374	11489	1289
Planalto Sul	8996	4237	4510	4828	7718	5124	4870	5347	4524	4870	6695	927
Vale do Rio do Peixe	3446	4860	5173	5186	6231	4185	4351	4831	3959	6004	4011	533
Planalto Norte	3048	3428	3982	3780	4927	3468	3555	3845	3166	4003	3872	524
Total	66213	76887	87375	95926	107301	78748	79647	86115	78906	100483	83313	11093



DECISÕES PROFERIDAS NO 1º GRAU (sentenças + decisões interlocutórias)

TOTAL DE DECISÕES EM PRIMEIRA INSTÂNCIA NO ANO DE 20181,847 milhões



SENTENÇAS PROFERIDAS

TOTAL DE SENTENÇAS NO ANO DE 2018..... 807.603

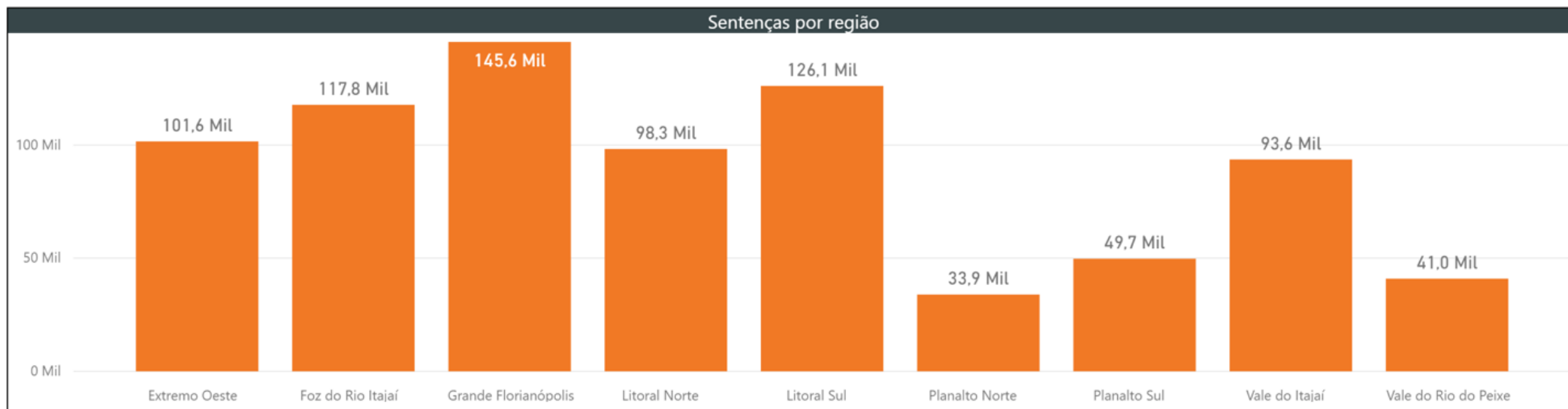
NÚMEROS MENSAIS DE SENTENÇAS POR ENTRÂNCIA

Sentenças por entrância												
	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
Especial	17280	29077	36234	40569	36298	36478	39285	44432	38264	46287	44418	5719
Final	8020	11625	15809	14631	14040	14956	16218	21287	17844	19451	17632	2639
Inicial	9388	14307	20562	19468	18991	19166	21121	26530	20725	24621	21613	2618
Total	34688	55009	72605	74668	69329	70600	76624	92249	76833	90359	83663	10976



NÚMEROS MENSAIS DE SENTENÇAS POR REGIÃO DO ESTADO

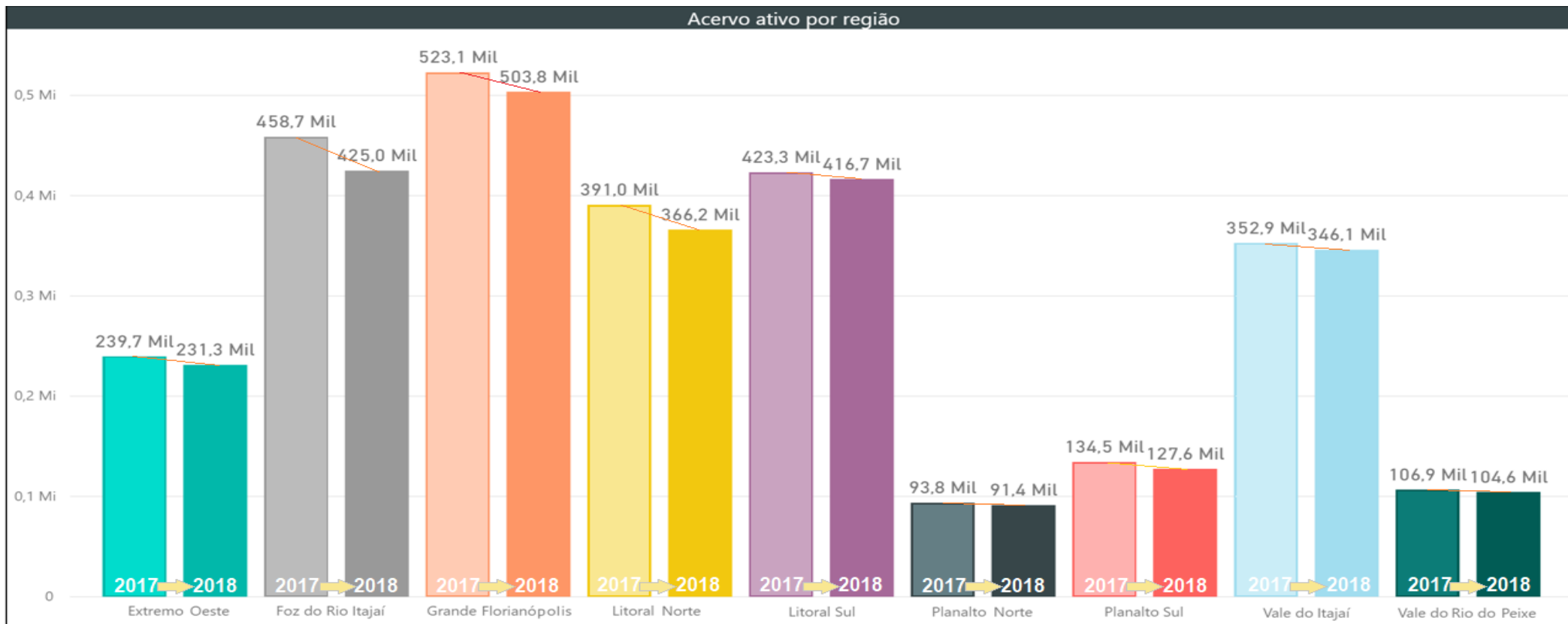
Sentenças por região												
	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
Extremo Oeste	4281	6990	9034	9496	9716	8609	9873	10483	9365	11496	10984	1280
Foz do Rio Itajaí	4469	7144	10911	10637	9890	10821	11443	13883	11424	14175	11216	1763
Grande Florianópolis	6174	9776	12205	12644	12162	12532	14038	15736	13794	17728	16546	2230
Litoral Norte	4539	6792	9606	8586	8320	9201	9605	9990	8635	10739	11089	1178
Litoral Sul	5413	8438	10517	11190	9955	10832	11834	18346	12560	13333	12295	1413
Planalto Norte	1439	2316	3078	3215	3160	3019	3122	4045	3356	3563	3268	346
Planalto Sul	2305	3492	3587	7708	4484	4277	4117	4743	4983	4929	4381	743
Vale do Itajaí	4033	7192	10078	7627	8053	7330	9066	10387	8956	9966	9752	1182
Vale do Rio do Peixe	2035	2869	3589	3565	3589	3979	3526	4636	3760	4430	4132	841
Total	34688	55009	72605	74668	69329	70600	76624	92249	76833	90359	83663	10976



PROCESSOS PENDENTES NO 1º GRAU

COMPARATIVO: DEZ/2017 x DEZ/2018

Acervo ativo por entrância		
	2017 dezembro	2018 dezembro
Especial	1450623	1378180
Final	578860	550315
Inicial	694443	684241
Total	2723926	2612736



Produtividade no segundo grau

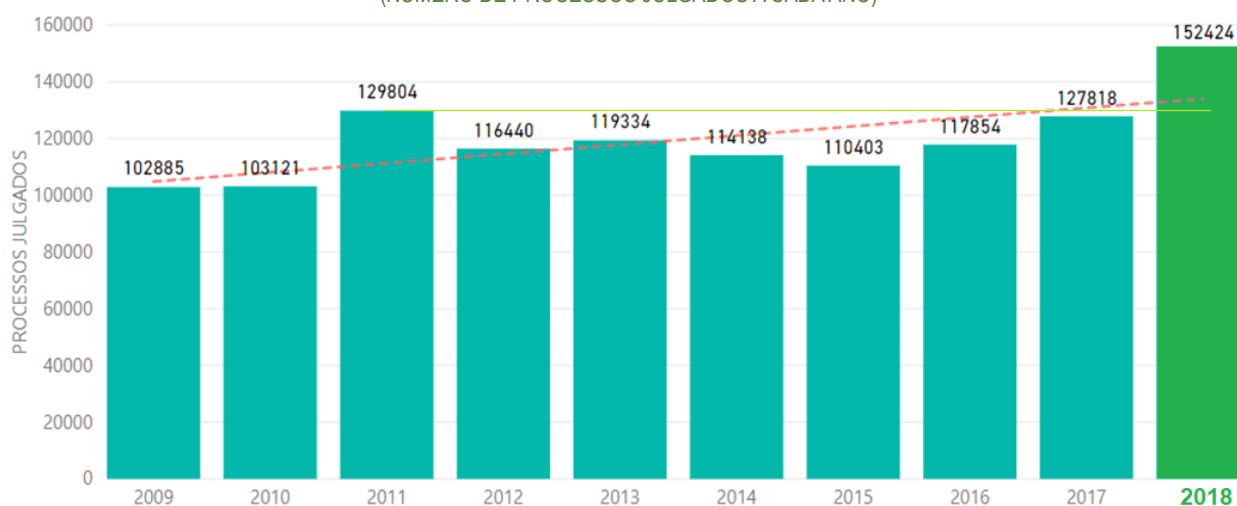
Em 2018 o Tribunal de Justiça de Santa Catarina julgou mais processos do que os recebidos pela Corte em igual período, gerando, assim, a redução de seu acervo. De janeiro a dezembro ingressaram **145.555 novos processos** (incluídos 40.429 novos incidentes processuais) e foram **julgadas 152.424 causas** – mediante a lavratura de 54.629 decisões monocráticas e de 97.795 acórdãos em 1.111 sessões de julgamento.

Para o início de 2019 remanesceram no TJSC **131.727 processos não julgados**, conquanto 31.197 deles estivessem sobrestados e 1.124 apontados como “suspensos/arquivados administrativamente”.

O aumento da produtividade decorreu de alguns fatores. Diagnosticou-se que o primeiro deles foi justamente a maior dedicação dos desembargadores e respectivas equipes no estudo dos processos. Além disso, houve o aprimoramento de alguns fluxos procedimentais, a realização de estudos aprofundados sobre aspectos sensíveis da jurisdição e, também, o ajustamento de alguns órgãos colegiados, a exemplo da extinção da “câmara de agravos” – a Câmara Civil Especial, que concentrava a análise de todas as liminares em agravos de instrumento e estava sobrecarregada – e da criação de uma força-tarefa, por meio de duas Câmaras de Enfrentamento de Acervos, para dar ampla vazão aos processos remanescentes da também extinta Câmara Regional de Chapecó.

Processos entrados no TJSC em 2018.....	145.555
Processos julgados pelo TJSC em 2018.....	152.424
Processos em trâmite (ativos) ao fim de 2018.....	99.406

TJSC: EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE ANUAL
(NÚMERO DE PROCESSOS JULGADOS A CADA ANO)



Órgãos julgadores do TJSC

Do **Órgão Especial** – colegiado ao qual compete, além de julgar ações de controle de constitucionalidade local e outras causas relevantes, deliberar sobre questões administrativas prioritárias – emanaram **790 decisões** ao longo do ano.

Os desembargadores que compõem as cinco **Câmaras Criminais** proferiram **24.122 decisões** colegiadas e monocráticas.

As cinco **Câmaras de Direito Público** proferiram um total de **35.095 decisões**.

Os desembargadores integrantes das seis **Câmaras de Direito Civil** foram responsáveis por **31.554 decisões** publicadas ao longo de 2018.

Os membros das cinco **Câmaras de Direito Comercial** exararam, entre acórdãos e monocráticas, **27.995 decisões**.

Em junho de 2018 foram **extintas** a Câmara Civil Especial – até então competente para a admissibilidade e as liminares em todos os agravos de instrumento, em razão do que todo o acervo do órgão foi redistribuído às Câmaras de Direito Civil, Comercial e Público – e a Câmara Especial Regional de Chapecó – cujos processos foram redistribuídos às **1ª e 2ª Câmaras de Enfrentamento de Acervos**.

A 1ª Vice-Presidência tem entre as suas responsabilidades diversas comissões no âmbito do Poder Judiciário, inclusive aquelas para ingresso de magistrados, cartorários e servidores, além de ser responsável pelos estudos que culminaram no novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça – aprovado pelo Órgão Especial em dezembro de 2018. Forma, em conjunto com a 2ª e a 3ª vices, o colegiado **Câmara de Agravos Internos em Recursos Constitucionais e Conflitos de Competência**, órgão que registrou no período **1.129 decisões**.

As 2ª e 3ª Vice-Presidências dividem entre si competência para admissibilidade dos recursos especiais e extraordinários. Juntas emitiram **27.507 decisões** em 2018 (8.880 nas áreas criminal e pública; 18.627 nas áreas cível e empresarial/bancária/cambial).

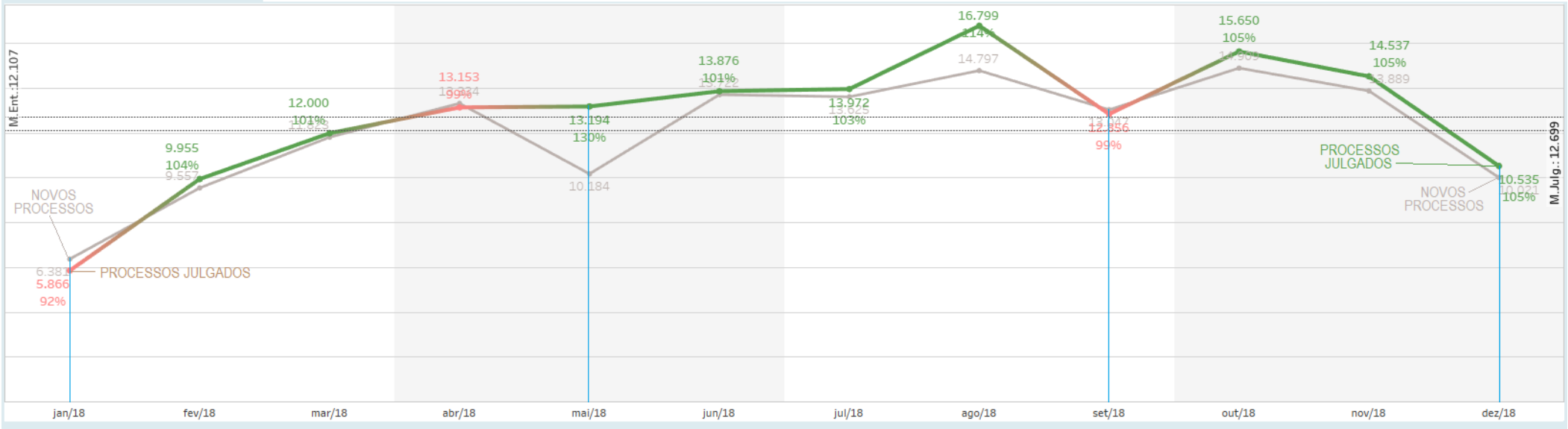
TJSC: PRODUTIVIDADE TOTAL MÊS A MÊS

(TOTAL DE PROCESSOS ENTRADOS E JULGADOS A CADA MÊS DE 2018)

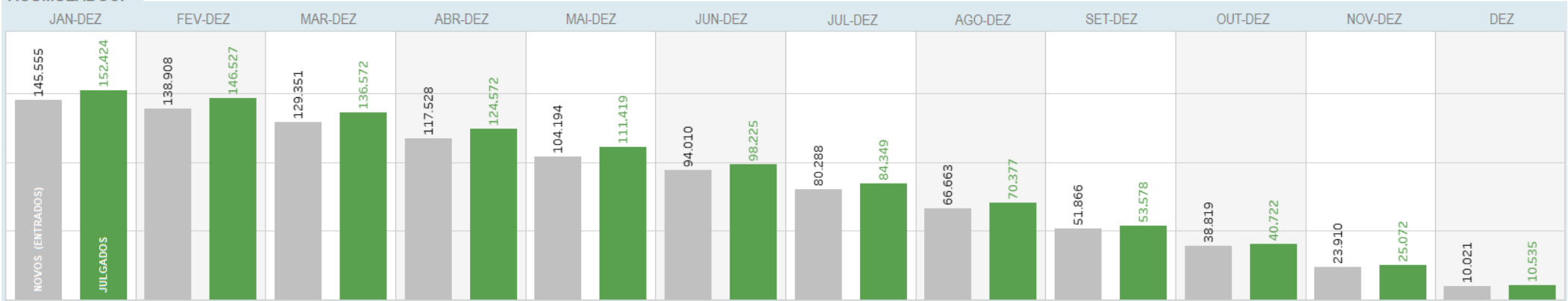


ACERVO EM 31/12/2018

Em Andamento	99.408
Sobrestado	31.195
Suspensão/Arq. Adm.	1.121
Total geral	131.724



ACUMULADOS:



TOTAL DE DECISÕES LAVRADAS EM 2018 POR MATÉRIA

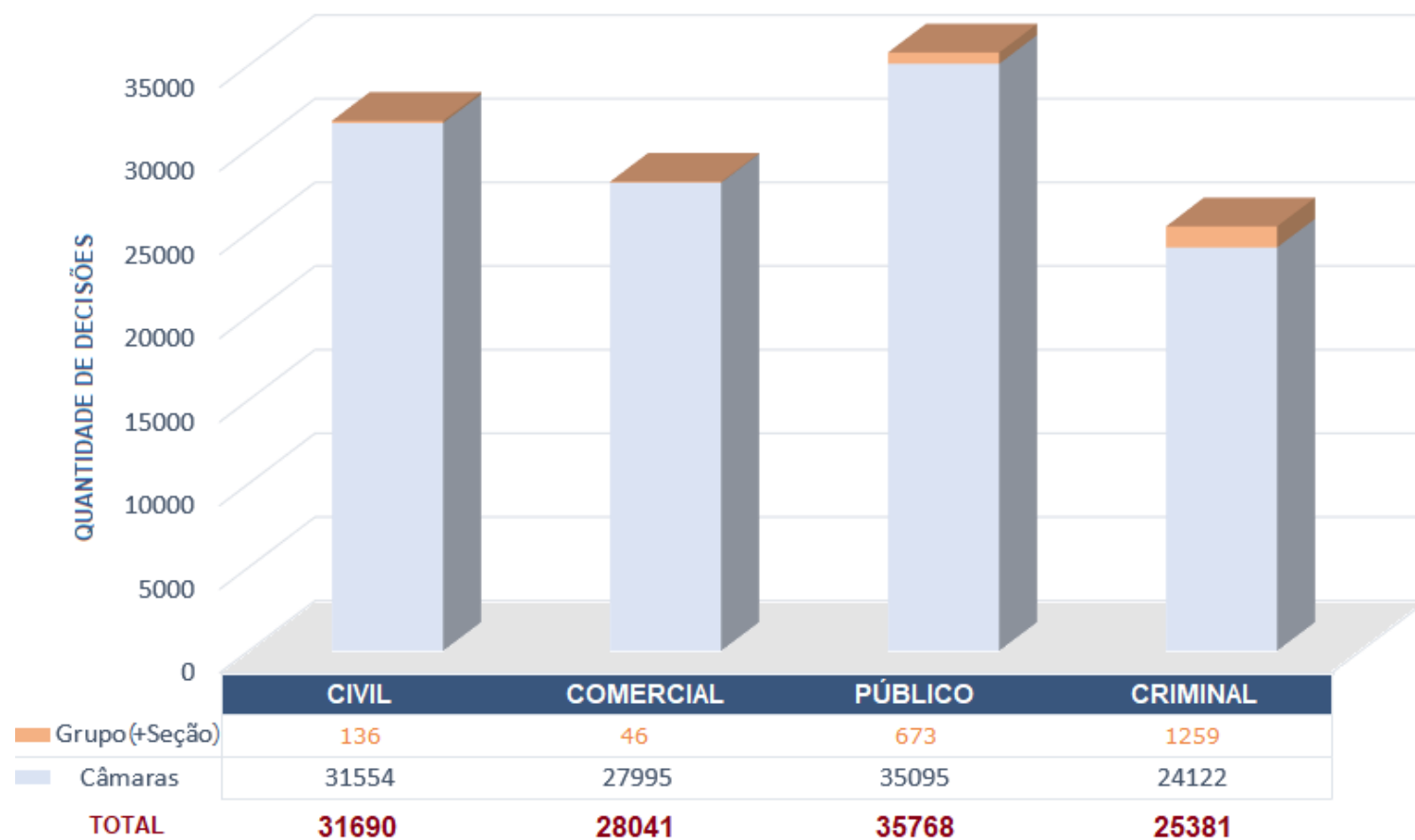
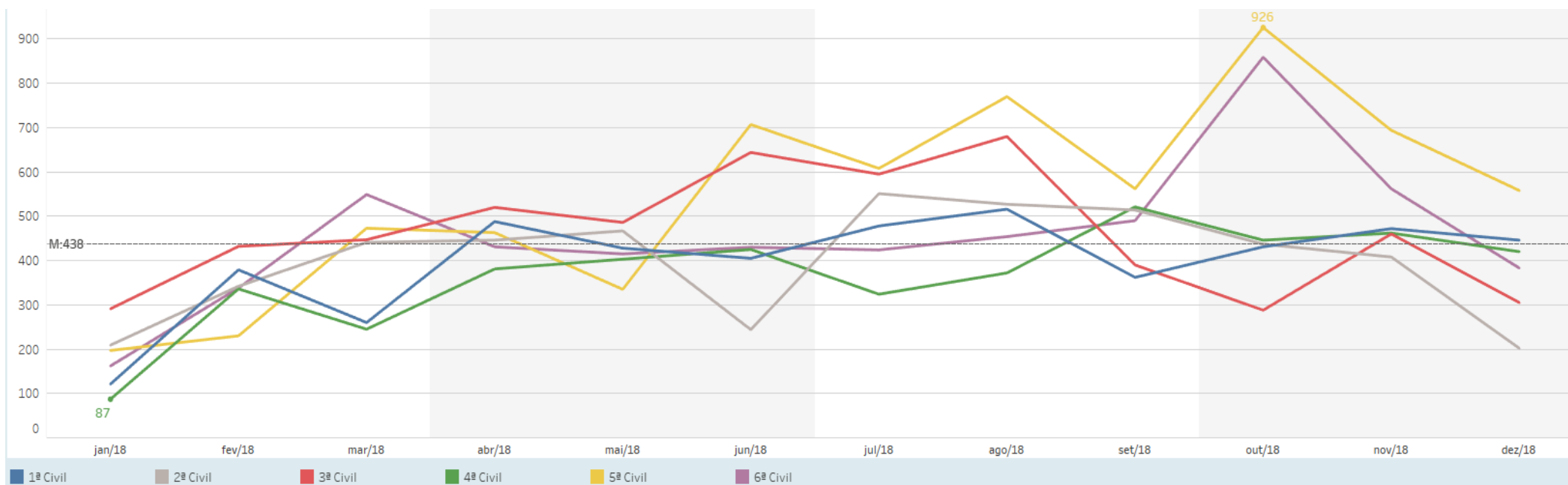


GRÁFICO COMPARATIVO – CÂMARAS DE DIREITO CIVIL

(JULGAMENTOS POR CÂMARA A CADA MÊS DE 2018)

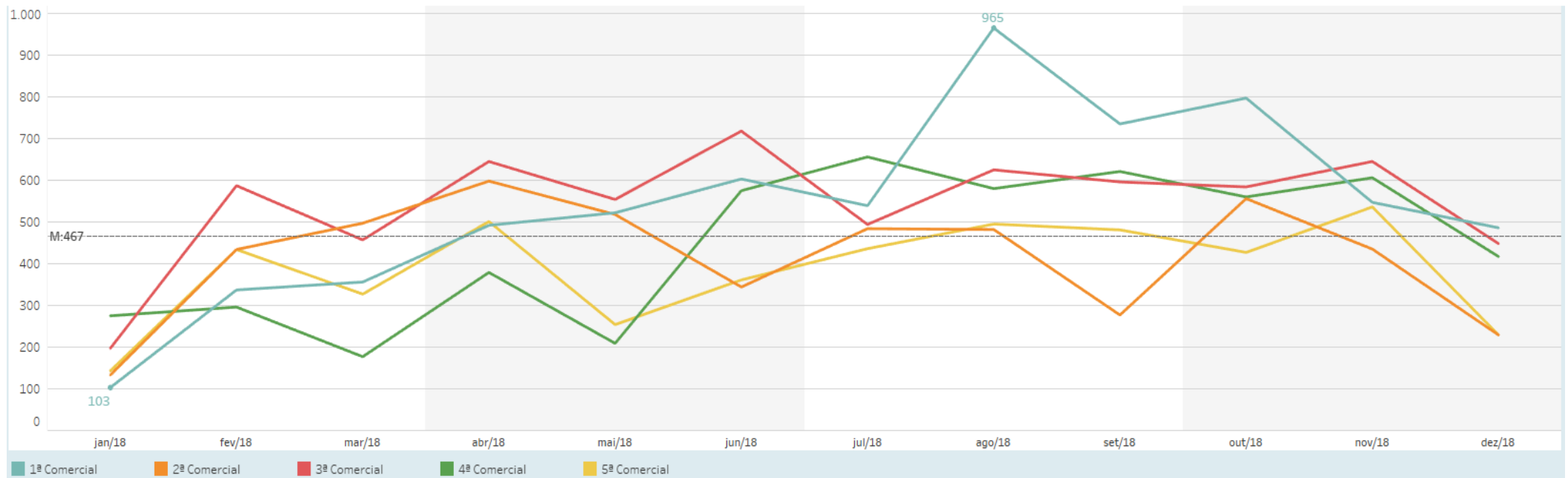


Acervo em 31/dez/18

1ª Civil	7.080
2ª Civil	6.656
3ª Civil	3.452
4ª Civil	9.483
5ª Civil	2.791
6ª Civil	7.179

GRÁFICO COMPARATIVO – CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL

(JULGAMENTOS POR CÂMARA A CADA MÊS DE 2018)

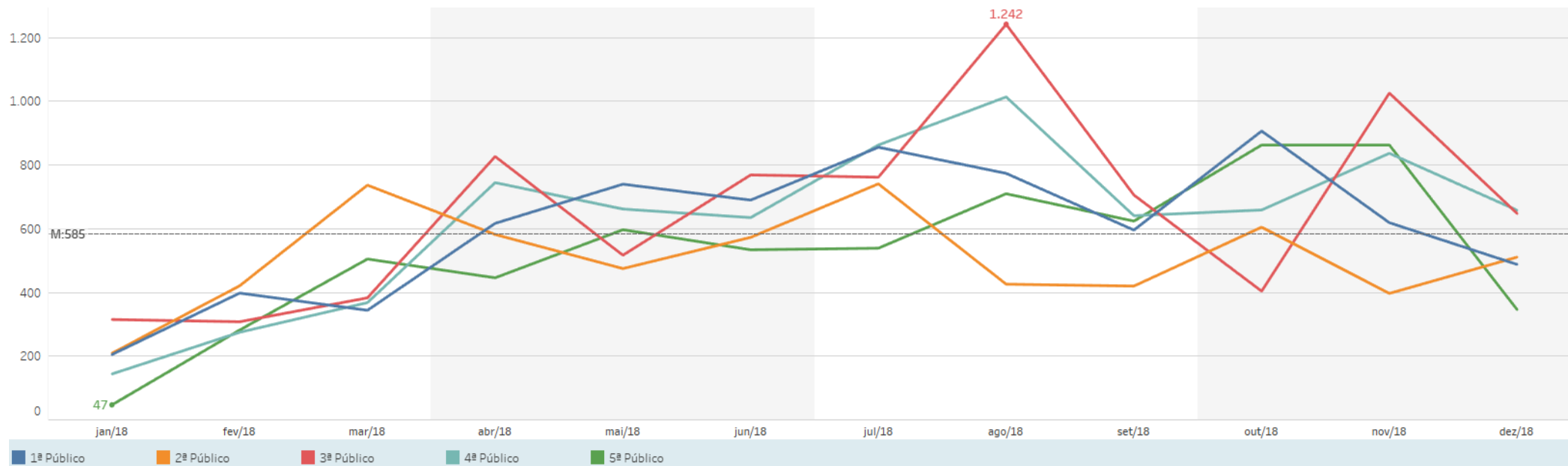


Acervo em 31/dez/18

1ª Comercial	6.223
2ª Comercial	11.085
3ª Comercial	10.529
4ª Comercial	7.028
5ª Comercial	6.105

GRÁFICO COMPARATIVO – CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

(JULGAMENTOS POR CÂMARA A CADA MÊS DE 2018)



Acervo em 31/dez/18

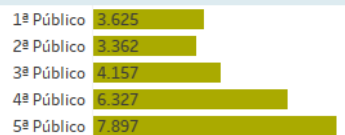
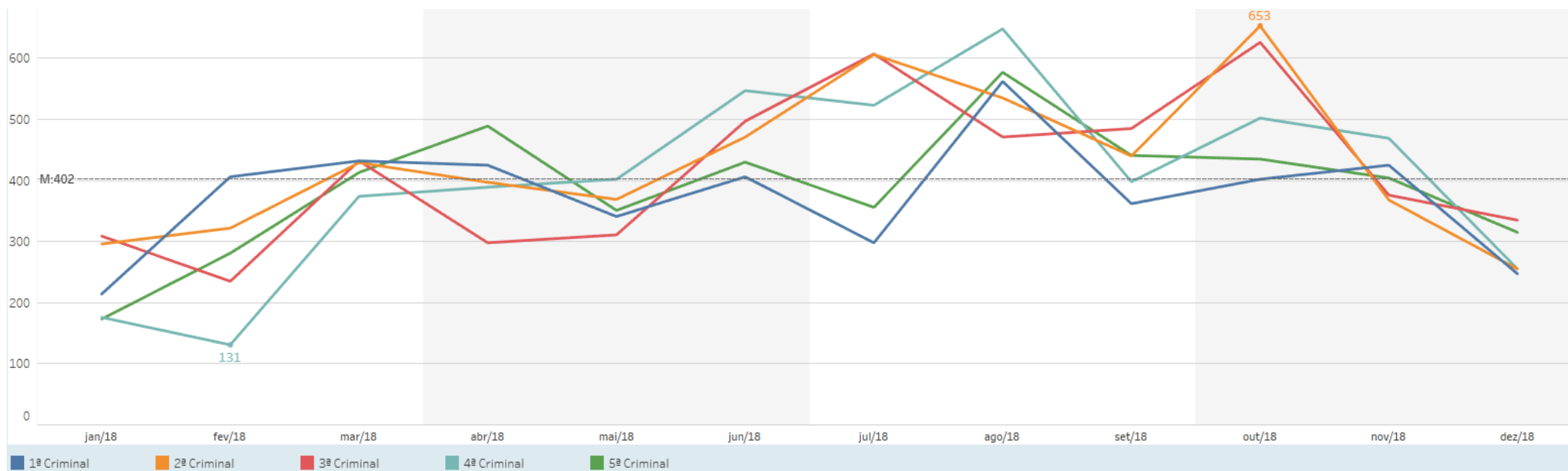


GRÁFICO COMPARATIVO – CÂMARAS CRIMINAIS

(JULGAMENTOS POR CÂMARA A CADA MÊS DE 2018)



Acervo em 31/dez/18

1ª Criminal	2.669
2ª Criminal	947
3ª Criminal	1.522
4ª Criminal	2.460
5ª Criminal	3.141

Metas do CNJ

Em 2018 todas as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça para o segundo grau foram ultrapassadas:

- Meta 1** — *Julgar mais processos que os distribuídos*
Índice de cumprimento da meta.....**108,52%**
- Meta 2** — *Julgar processos mais antigos*
Índice de cumprimento da meta..... **115,38%**
- Meta 4** — *Priorizar julgamento de processos sobre corrupção e improbidade administrativa*
Índices de cumprimento:
- Combate à corrupção.....**126,45%**
 - Improbidade administrativa**122,98%**
 - Crimes contra a administração pública**130,36%**
- Meta 6** — *Priorizar o julgamento de ações coletivas*
Índice de cumprimento da meta.....**103,96%**

Índices de recorribilidade

Ao longo de 2018 as estatísticas referentes à recorribilidade e reformas das decisões judiciais melhoraram em relação 2017. No Tribunal de Justiça, **87%** das decisões proferidas este ano foram mantidas pelo STF e STJ, ante **83%** registrados no ano passado. Já no primeiro grau de jurisdição os índices aumentaram quatro pontos percentuais, passando de **66%** para cerca de **70%** a proporção de sentenças integralmente confirmadas pela Corte catarinense. A relevância no monitoramento desses índices perfaz-se pela previsibilidade das decisões judiciais, a conferir maior segurança jurídica.

Contas públicas

Ao longo de 2018 o TJSC adotou medidas de austeridade para manter o Poder Judiciário catarinense com as contas em dia, seus compromissos honrados e dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Entre elas destacam-se a desativação da Gráfica, a verificação mais detalhada dos preços de todas as aquisições e serviços e o maior controle nos gastos com pessoal, cujo provimento de cargos teve como principais critérios a justiça na distribuição das vagas e a necessidade de atuação na atividade-fim.

Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal

Em 2017 a justiça catarinense despendeu com pessoal 5,51% da receita corrente líquida do Estado. Já no exercício de 2018, com o acompanhamento dos indicadores e o controle das despesas aliados ao crescimento da receita, o PJSC reduziu o índice de gasto com pessoal para **5,36% da receita corrente líquida** – abaixo tanto do limite prudencial quanto do limite de alerta da LRF.

Teto de gastos

O TJSC tem adotado rígido acompanhamento de outro indicador financeiro, que é o de *crescimento das despesas correntes*.

Em valores nominais, as despesas correntes do PJSC em 2018 acumularam R\$ 2,096 bilhões, representando uma **variação de 3,08% no ano** (ou apenas 1,01% se desprezadas as despesas com precatórios e com serventuários extrajudiciais inativos). Assim, considerada a inflação de 3,75% no período, verificou-se uma diminuição em relação ao ano anterior – de modo que o Poder Judiciário contribuiu com o Estado de Santa Catarina no cumprimento do teto de gastos estabelecido na Lei estadual n. 17.325/2017.

Repasse de recursos a outras entidades

Em 2018 o PJSC efetuou mais 150 milhões de reais em repasses a outras entidades.

Por meio da arrecadação de custas judiciais, extrajudiciais e taxa judiciária, o Poder Judiciário de Santa Catarina repassou cerca de **R\$ 132 milhões** a fundos do MPSC, Defensoria, Secretaria de Justiça e Cidadania e Secretaria da Fazenda:

fundo/órgão contemplado	valor repassado em 2018
FERMP (MPSC)	R\$ 35,63 mi
FUPESC (SJC)	R\$ 32,35 mi
FAJ (Defensoria Pública)	R\$ 14,4 mi
Tesouro do Estado	R\$ 49,71 mi
TOTAL	R\$ 132,09 mi

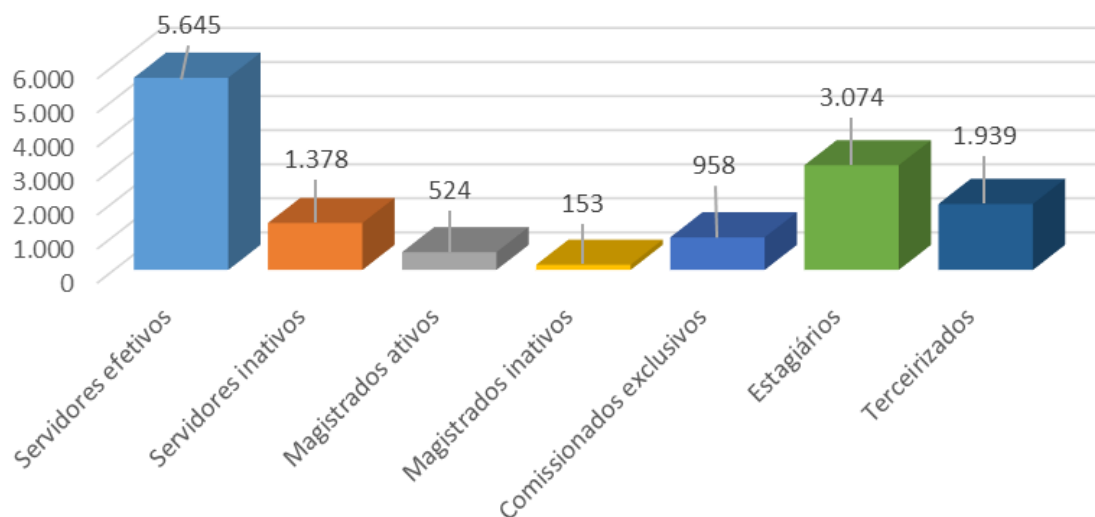
Além disso, por meio da arrecadação de penas de prestações pecuniárias, **R\$ 9,68 milhões** foram destinados a entidades públicas e privadas com finalidade social, como Polícia Militar, Polícia Civil e APAE. Essas ações permitiram financiar projetos nas áreas de segurança, educação e saúde.

Por fim, a justiça catarinense devolveu a importância de **R\$ 13,48 milhões** ao Tesouro do Estado referentes a sua parcela do duodécimo relativa à arrecadação por meio do Programa Catarinense de Recuperação Fiscal – Prefis.

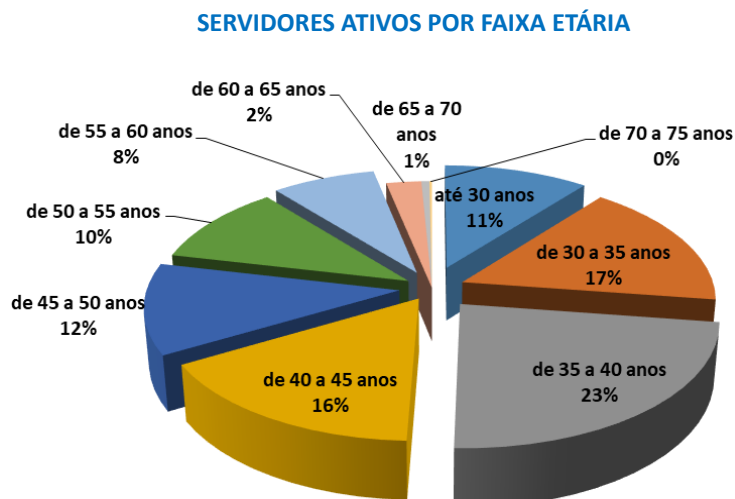
Gestão de pessoas

Informações sobre o quadro de pessoal

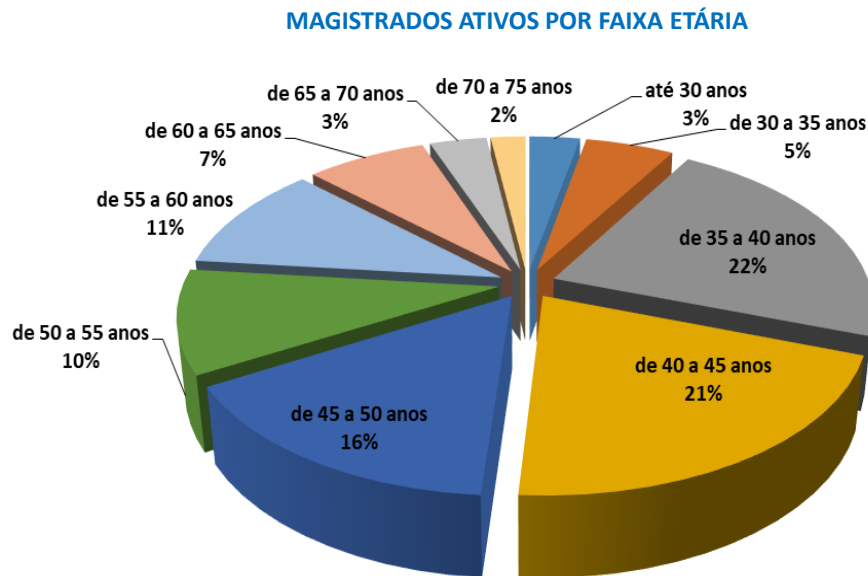
Em dezembro de 2018, o Poder Judiciário de Santa Catarina apresentava em seu quadro de pessoal **11.732 colaboradores em folha de pagamento**, incluídos os inativos, além de **1.939 funcionários terceirizados** que prestam serviços em suas dependências.



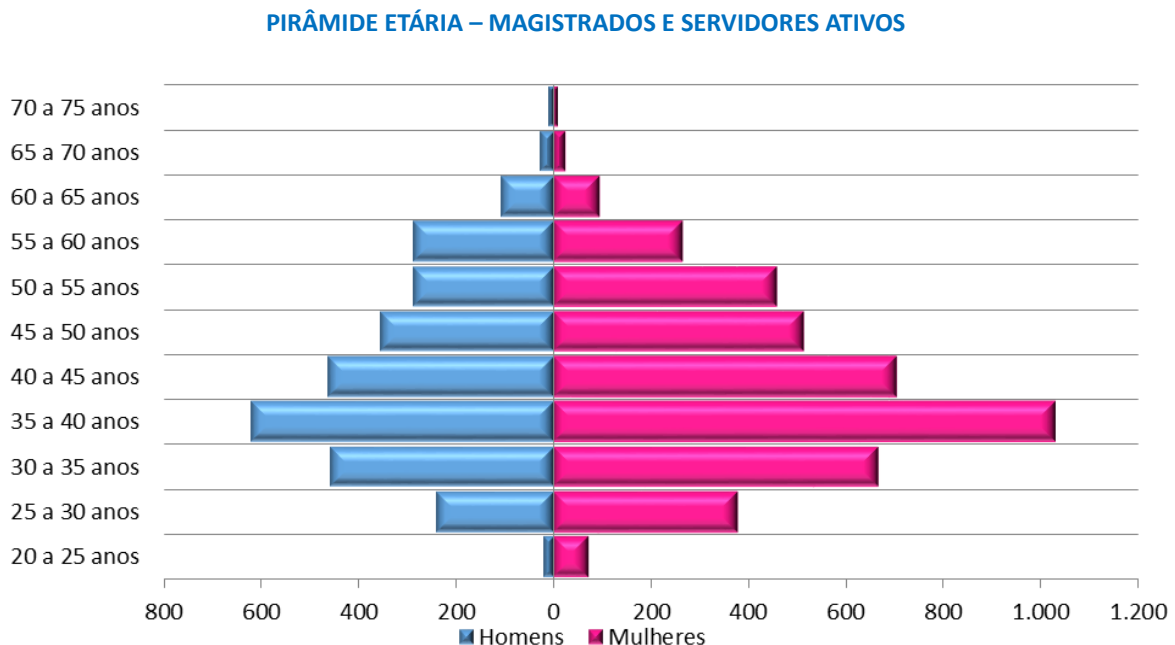
O perfil dos servidores em atividade no Poder Judiciário denota que 56% da força de trabalho encontra-se na faixa etária entre 30 e 45 anos de idade:



Em relação aos magistrados em atividade, há pequeno deslocamento do predomínio de variação da faixa etária para 35 e 50 anos (61%), com maior concentração na faixa etária de 35 a 40 anos:

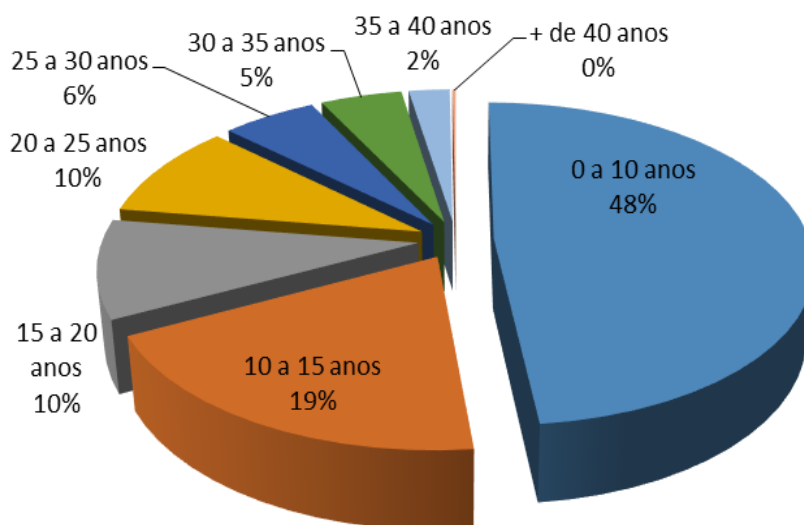


A distribuição por sexo expressa ampla maioria feminina no quadro de pessoal, no percentual de 59,38%, considerando magistrados e servidores efetivos em atividade:



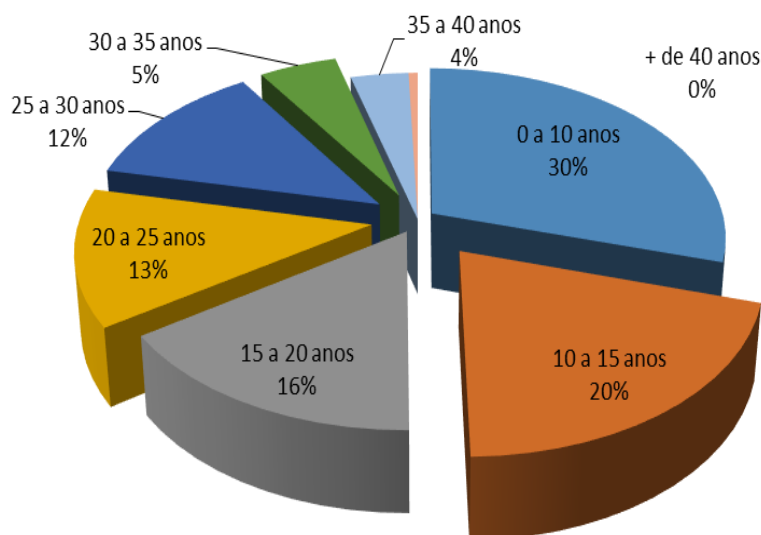
Os dados relativos a tempo de admissão demonstram relevante grau de renovação na força de trabalho. Aproximadamente três mil servidores (a metade) passaram a integrar o quadro do Poder Judiciário na última década.

SERVIDORES ATIVOS POR TEMPO DE ADMISSÃO



A magistratura também manifesta elevado grau de renovação, já que **metade dos magistrados possui até 15 anos de atividades no Poder Judiciário.**

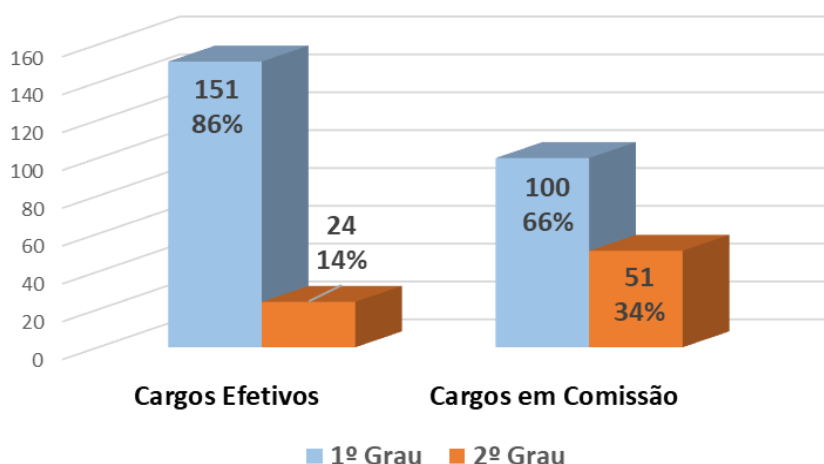
MAGISTRADOS ATIVOS POR TEMPO DE ADMISSÃO



O ano de 2018 foi pautado pelo empenho em promover o provimento de cargos no Poder Judiciário, não obstante as limitações orçamentárias e financeiras, tendo sido **autorizado o preenchimento, ao longo do ano, de 326 cargos, dos quais 175 efetivos e 151 em comissão.**

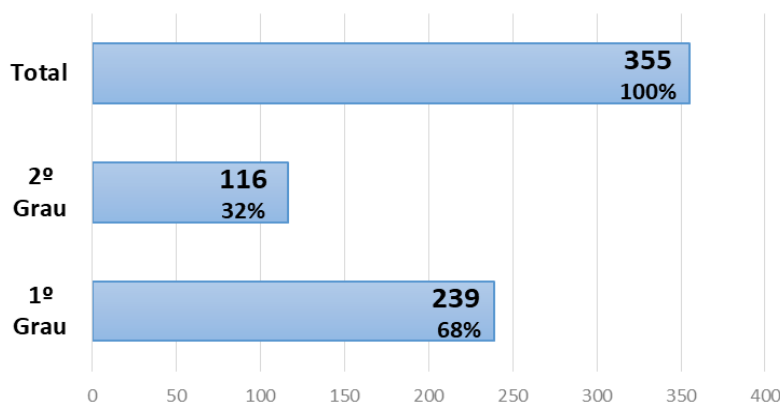
A tônica no reforço do quadro de pessoal foi a **priorização da justiça de primeiro grau, com a destinação de mais de 75% das vagas cujo provimento foi autorizado.**

DISTRIBUIÇÃO DOS CARGOS ENTRE 1º E 2º GRAUS



Constatou-se, ainda, um expressivo **incremento, na ordem de 33%, dos servidores em teletrabalho**, com a participação, no mês de dezembro, de 350 servidores em todo o Estado, dos quais 68% na Justiça de 1º Grau.

SERVIDORES EM TELETRABALHO: DEZEMBRO/2018



A modalidade de trabalho apresenta, em sua essência, o obrigatório incremento de produtividade do servidor que adere ao programa em, no mínimo 20%, à média de sua equipe. No entanto, os dados apresentados pelos respectivos gestores indica uma **produtividade 30% superior à média dos servidores em regime presencial**. Esses dados de acréscimo de produtividade permitem uma **correlação de incremento na força de trabalho de aproximadamente 100 servidores** (68 na primeira instância e 32 no segundo grau).

Modernização

Novas unidades judiciais

O Tribunal de Justiça, a partir de uma análise global dos dados estatísticos do Poder Judiciário de Santa Catarina que levou em conta, fundamentalmente, o fluxo de demandas e a necessidade de resposta mais ágil para a resolução de conflitos na área criminal, implantou em 2018 as unidades da Vara do Tribunal do Júri de Joinville (a segunda do Estado, além da existente na Capital, criada em 2008) e da Vara Criminal da Região Metropolitana de Florianópolis – especializada no combate ao crime organizado.

No Sul foi instalada a 2ª Vara de Jaguaruna. Até então vara única, aquela comarca registrava mais de 30 mil processos em trâmite sob responsabilidade de um só magistrado (e com entrada de 875 novos processos ao mês), sendo antes identificada como a unidade de entrância inicial em pior situação no Estado.

No Oeste foi implantada a Unidade Regional de Execuções Fiscais, sediada em Itá, de forma a minimizar o volume de demandas na região de Chapecó.

Varas bancárias – As três varas de direito bancário da comarca da Capital foram transformadas, em agosto de 2018, em varas regionais de direito bancário da Região Metropolitana, apoiadas pela DTR Bancária, com competência territorial ampliada para absorver novos casos oriundos das comarcas de São José, Palhoça, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz. Com isso, houve também alterações na estrutura e competência das quatro comarcas sem acréscimo de despesas.

Estudo da jurisdição

Com o objetivo de identificar os principais gargalos da justiça catarinense, o Tribunal de Justiça tem promovido estudos mais aprofundados da jurisdição. Diagnósticos mostram, por exemplo, as comarcas com maior volume de processos em relação ao número de magistrados e servidores, o que tem definido quais unidades têm prioridade na criação de varas, na ampliação do quadro de servidores, no aumento das estruturas físicas do Poder Judiciário, entre outros.

Um desses estudos, como piloto, realizou um mapeamento minucioso das atividades desenvolvidas pela Divisão de Tramitação Remota (DTR) Bancária, que no exercício gerencia todo o trâmite processual das ações da matéria que ingressam em dez unidades judiciais do Estado. O levantamento teve como propósito, de um lado, estratificar as principais atividades da DTR, identificar seus pontos fortes e críticos e as oportunidades de melhorias, bem como analisar o tempo médio do processo nas diversas etapas. A partir dele foi possível diagnosticar o tempo médio de duração de cada uma das várias rotinas por que passa um processo judicial, desde a petição inicial, a distribuição, citação, contestação e eventual instrução até a sentença proferida pelo juiz.

Transparência e eficiência nas contratações

O Poder Judiciário de Santa Catarina é um dos poucos do país a realizar suas compras e contratações de serviços por meio de pregões 100% eletrônicos. Identificou-se que a medida confere não só maior transparência nos processos licitatórios como também contribui para reduzir custos, ao permitir a participação de licitantes de todo o país. Com o uso da ferramenta, em 2018 o TJSC **despendeu cerca de 16%** a menos do que o previsto com as contratações.

O TJSC também é o único do país a transmitir ao vivo, pelo canal do *Youtube*, todos processos licitatórios de tomada de preços, de convite e de concorrência.



Pregões **100% eletrônicos**

Transmissão ao vivo
de processos licitatórios

Judiciário digital

Em 2018 o Tribunal de Justiça lançou o projeto Judiciário Digital, que consiste num conjunto de ações para estimular o consumo consciente de papel no âmbito do Poder Judiciário catarinense. A iniciativa inclui a reestruturação/eliminação de serviços gráficos, a redução do parque de impressoras e a implantação do sistema *outsourcing* (que limita a quantidade de documentos impressos em todas as unidades).

A Revista da Jurisprudência Catarinense e outros tantos materiais antes distribuídos por meio impresso — a exemplo do presente Relatório Estatístico — passaram a ser disponibilizados exclusivamente por meio eletrônico.

A Gráfica do Judiciário encerrou suas atividades ao fim de 2018, com o reaproveitamento dos servidores efetivos em outros setores. A medida prevê uma economia anual estimada em R\$ 1,5 milhão.



Consumo de papel
reduziu em 15%

Economia de **R\$ 1,5 milhão**
com o fechamento da gráfica

Projeto *eproc*

Em 2018 o Tribunal de Justiça adotou o propósito de atualizar o sistema de gerenciamento dos processos judiciais nas duas instâncias. A implantação do sistema *eproc*, por suas próprias características, promete dar mais agilidade e segurança à tramitação de processos eletrônicos, aprimorar a usabilidade pelos magistrados, servidores e advogados e gerar grande economia para os cofres públicos.

A primeira fase de execução do projeto-piloto – de utilização da ferramenta em novos processos de competência delegada da Justiça Federal – teve início em 30 de julho de 2018 na comarca de Palhoça com a participação da equipe técnica do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), responsável pela criação e desenvolvimento do sistema a custo zero para o Poder Judiciário de Santa Catarina. Ainda em 2018 o sistema também entrou em funcionamento nas comarcas de Biguaçu, Itapema e Imbituba.



Projeto SEI

Com o mesmo propósito colaborativo em relação ao *eproc*, também em 2018 o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por meio do Acordo de Cooperação Técnica n. 29/TRF4, cedeu gratuitamente o direito de uso do *SEI* – *Sistema Eletrônico de Informações*.

A plataforma, prevista para substituir o atual SPA no primeiro semestre de 2019, tenderá a aprimorar o processamento eletrônico de documentos, processos e expedientes administrativos no órgão.



Business Intelligence (BI)

A importância de se gerir, controlar, difundir e entender o grande volume de dados produzidos pelos inúmeros setores do Poder Judiciário tem remetido à necessidade cada vez maior do uso de ferramentas voltadas ao tratamento qualificado de dados de diversas fontes. Ambientes de gestão como o Gabinete da Presidência, a Corregedoria-Geral da Justiça e as diversas diretorias devem com frequência analisar as necessidades do Poder Judiciário como um todo, ou cruzar informações pertencentes a áreas distintas na organização, como, por exemplo, movimentação processual com recursos humanos, ou produtividade das unidades com afastamentos e capacitação de magistrados e servidores.

Parte da solução que atende à necessidade pública é provida por ferramentas de mercado conhecidas como *Business Analytics*, cujo objetivo principal é fornecer, de forma fácil e rápida, visões interativas dos dados, os quais podem ser manipulados, filtrados, comparados, consolidados, agrupados e hierarquizados, principalmente de forma gráfica. Tais ferramentas possibilitam, entre outros, acessar dados de fontes e formatos de arquivos diversos, dados da internet e planilhas sem intrusão nos sistemas originais.

Em 2018 as áreas técnicas fizeram uso de instrumentos já disponíveis na instituição para aferir, experimentalmente, a produtividade jurisdicional em segunda instância. Em paralelo, com a aquisição de ferramentas mais completas e abrangentes, iniciaram-se os trabalhos para que todos os setores, indistintamente, tenham suas informações disponibilizadas.

Enterprise Resource Planning (ERP)

A dificuldade de integração das soluções computacionais que servem às áreas administrativas internas fez com que o Tribunal de Justiça, já em 2016, tomasse a iniciativa de utilizar a solução de ERP (*Enterprise Resource Planning*). Cuida-se de uma arquitetura de software destinada a facilitar o fluxo de informações, como logística, finanças e recursos humanos, dentro de uma instituição. Realizadas avaliações sobre viabilidade, custo e meios de implantação, em 2018 o projeto entrou em execução.

Comunicação institucional

Em 2018 o Tribunal de Justiça promoveu mudanças significativas na área de comunicação do Poder Judiciário catarinense. Entre outras ações, houve a elaboração de um plano de comunicação, o reforço no quadro de jornalistas, a criação de assessorias de imprensa em cinco comarcas-polos (Blumenau, Criciúma, Chapecó, Lages e Joinville) e ingresso nas redes sociais.

Ações têm como principais objetivos conferir visibilidade ao trabalho realizado por magistrados e servidores, dar satisfação à sociedade sobre o funcionamento do órgão público e levar à população informações sobre seus direitos e deveres.



COMARCAS-POLOS



Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional

Em 2018 foi criado o NIS – Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional, órgão interno que, com metodologia específica de trabalho, realiza estudos, promove capacitações, faz monitoramento e adota medidas proativas para prevenir, detectar, obstruir e neutralizar ações de qualquer natureza que constituam ameaça à salvaguarda do patrimônio da instituição, dos magistrados, servidores e demais colaboradores.

Ações sociais na área-fim

Semana da conciliação

A 13ª Semana Nacional da Conciliação, realizada na Capital e em mais de 50 comarcas do Estado no início de novembro de 2018, promoveu 3,8 mil audiências, atendeu 7,8 mil pessoas, homologou 1,3 mil acordos e deu azo a 1,1 mil ações sociais. O evento foi responsável por quase **R\$ 34 milhões em valores acordados**. Instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2006, a Semana é organizada em Santa Catarina pela Coordenadoria do Sistema Estadual dos Juizados Especiais e pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Cojepe-mec).



7,8 mil pessoas



R\$ 34 milhões



3,8 mil audiências



1,3 mil acordos

100% dos presos cadastrados no BNMP

Todas as pessoas privadas de liberdade em Santa Catarina estão cadastradas no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0), censo informatizado e atualizado com dados dos presos brasileiros. Disponível desde agosto de 2018, a nova versão do BNPM contou com o auxílio do TJSC em seu desenvolvimento, na condição de estado-piloto, ao lado das Justiças de São Paulo e Roraima.

Uma força-tarefa do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional (GMF) fez o levantamento geral e incluiu no BNMP sete mil mandados de prisão e 20 mil prisões. Entre os estados do país, Santa Catarina é o 9º com maior número absoluto de presos (20.378 reclusos), o que representa 3,39% da população carcerária do país. Quase 73% dos presos em SC cumprem penas em regime de execução provisória ou definitiva e 26% ainda esperam julgamento.



7 mil mandados de prisão

20 mil prisões

3,39% da população
carcerária brasileira

Aumento de 322% no uso das tornozeleiras eletrônicas

De fevereiro a outubro de 2018 foi identificado um aumento de 322% no uso de tornozeleiras eletrônicas em Santa Catarina. No mesmo período, o número de comarcas que disponibilizam as tornozeleiras saltou de 31 para 54 (acréscimo de 74%).

Além de diminuir a superlotação carcerária, essa tecnologia representa economia aos cofres públicos — o valor unitário é de R\$ 159 por mês, enquanto cada preso recolhido ao sistema, conforme região e unidade prisional, custa de R\$ 1,5 mil a R\$ 3 mil mensais.



Saltou de **252** para **813** o número de pessoas que usam o **equipamento**

Medidas protetivas

No Tribunal de Justiça as campanhas e políticas institucionais visando o enfrentamento desse tipo de violência é Coordenaria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid). Em 2018 foram fixadas **11.107 medidas protetivas** em casos de violência doméstica, representando um aumento de 24,07% em relação a 2017, quando foram impostas 8.952 medidas.

11 mil medidas protetivas em prol de mulheres em situação de risco



Audiências de custódia em todo o Estado

Desde outubro de 2018, as audiências de custódia passaram a funcionar em 35 comarcas regionais, responsáveis pelo atendimento das 111 comarcas do Estado.

As audiências são realizadas todos os dias, inclusive finais de semana, feriados e recesso, sendo vedada a videoconferência.



No primeiro mês, **1156 audiências** foram realizadas em todas as comarcas do Estado

Ações de cidadania

Programa Novos Caminhos

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina participa, desde a sua criação, do programa Novos Caminhos, desenvolvido em parceria com a Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc), a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e mais oito entidades.

De 2013 até dezembro de 2017, um total de 814 adolescentes e jovens havia sido matriculado no Novos Caminhos. O Programa hoje atende 260 alunos em 76 municípios no Estado de Santa Catarina.

O principal foco do programa é proporcionar aos adolescentes em serviços de acolhimento a participação em atividades socioeducativas que favoreçam mudanças no seu comportamento e potencializem a aquisição de competências para inclusão no mundo do trabalho (estágio, efetivo e aprendizagem).



814 adolescentes e jovens participaram do programa

Hoje, o programa atende **260 alunos** em **76 municípios** do Estado

Destinação de valores a projetos de relevância social

O Tribunal de Justiça regulamentou a destinação, o controle a aplicação dos valores provenientes da prestação pecuniária (sistema de destinação dos valores oriundos da pena restritiva de direitos, da transação penal e da suspensão condicional do processo) e investiu R\$ 9,6 milhões em projetos inovadores e de grande relevância social. O montante foi destinado a quatro projetos: a) inquérito policial audiovisual, b) escolta socioeducativa, c) câmeras policiais individuais, d) projeto aquisitivo de materiais de resgate e salvamento para emprego em aeronave na mesorregião de Florianópolis.

Para o “Inquérito Policial Audiovisual”, da Polícia Civil do Estado, o repasse foi de R\$ 1.904.318,20. A “Escolta Socioeducativa”, do Departamento de Administração Socioeducativa, recebeu R\$ 320.950,00. O Projeto “Câmeras Policiais Individuais PMSC”, parceria com o Comando-Geral da Polícia Militar, o repasse chegou a R\$ 6.207.616,00. Já Projeto Aquisitivo de Materiais de Resgate e Salvamento para emprego em aeronave na mesorregião de Florianópolis”, com o Batalhão de Aviação da Polícia Militar, o repasse foi de R\$ 26.279,22.



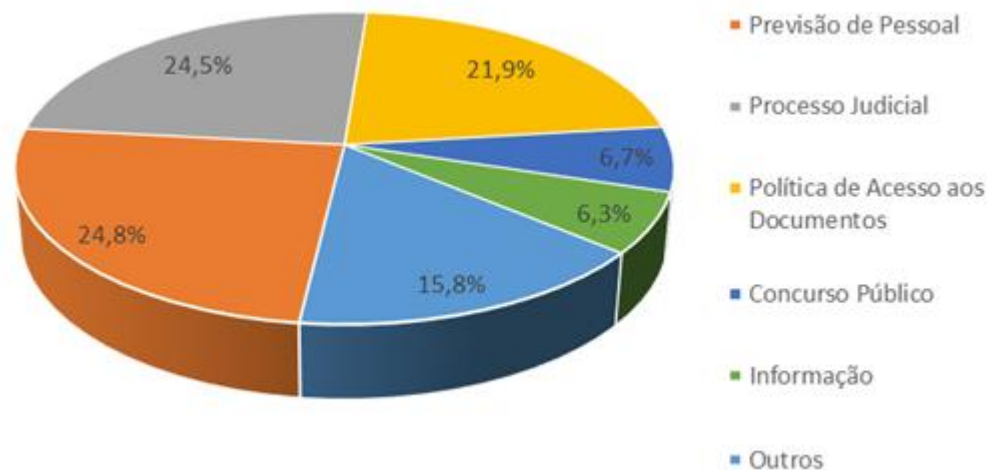
**R\$ 9,6 mi para
projetos inovadores e
de relevância social**

Canal direto entre o cidadão e a instituição

O TJSC, como qualquer outro tribunal, mantém à disposição do cidadão um espaço aberto para manifestações, críticas, sugestões ou solicitações.

Em 2018 a Ouvidoria recebeu **5.810 demandas** (média de 484 ao mês), correspondendo a um aumento de 67% em relação ao volume de demandas no ano de 2017.

Os assuntos mais abordados na Ouvidoria foram os seguintes:



O aumento mais expressivo das demandas, em comparação com o mesmo período do ano anterior, teve relação com pedidos afetos a serviços jurisdicionais propriamente ditos (atividade-fim): um incremento de 158%. Para 2018, também merece destaque a canalização à Ouvidoria das cartas de pessoas presas intermediadas pelo Supremo Tribunal Federal, que contribuiu para o aumento de 358% na quantidade de missivas recebidas pelo setor.